

Resumo: O objetivo desse trabalho é analisar a historiografia brasileira e uruguaia acerca do período de ocupação luso-brasileira no Prata, que se estende desde a anexação, em 1821, até o fim da Guerra Cisplatina, em 1828. Tomarei como fio condutor as discussões entorno da formação da República Oriental do Uruguai, na primeira metade do século XIX, forjada durante o conturbado e lento processo de formação dos estados nacionais latino-americanos. Assim, meu intuito de entender a cultura política e militar da região; pensando, sobretudo, no diálogo entre o elemento espanhol, português e, posteriormente, brasileiro.

Palavras-chave: Cisplatina, Rio da Prata, guerras de independência.

Resumé :Le but de ce travail c'est d'analyser l'historiographie brésilienne et uruguayenne sur la période d'occupation luso-brésilienne au Prata, qui s'étend dès l'anexation, en 1821, jusqu'à la fin de la Guerre Cisplatina, en 1828. Je prendrai comme fils conducteur les discussions sur la formation de la République Orientale du Uruguay, dans la première moitié du XIX^{ème} siècle, forgée pendant le conturbé et lent processus de la formation des états nationaux latins-américains. Ainsi, mon intention d'entendre la culture politique et militaire de la région, en imaginant, surtout, le dialogue entre l'élément espagnol portugais, et puis, le brésilien.

Mot-clé : Cisplatina, Rio da Prata, guerras de independência.

A fronteira da guerra . A construção do Estado Uruguaio 1825-1828

Roberta Teixeira Gonçalves*

As análises produzidas sobre a região Cisplatina e, especialmente, no que tange à Guerra, ainda são escassas e tendenciosas.

Os países latinos fronteiriços ao Brasil não vêem com bons olhos a interferência histórica do país na região platina, que, por manter desde os primórdios da colonização uma postura expansionista, é amplamente criticado pela historiografia de seus vizinhos. Mas, obviamente, a situação fica mais delicada em uma produção pertinente a um período de confronto armado, como é o caso das historiografias da Argentina e do Uruguai sobre a Guerra Cisplatina, ou da historiografia paraguaia, acerca da Guerra do Paraguai.

Com isso, a historiografia latino-americana; representada, por exemplo, por Alfredo Castellano e Rosa Alonso, tende a nos associar, freqüentemente, com um invasor, um cruel tirano; interessado nas riquezas e nos territórios que nos cercam. Não se pode negar certa pertinência em algumas destas afirmações, mas é preciso ter em vista o quanto elas guardam resquícios do esforço de construção de identidade nacional.

Em alguma medida, Castelhana e Rosas, escritores do século XX, dialogam com discursos que se remetem à fundação dos mitos nacionais, os quais deitam suas raízes numa historiografia do século XIX, que guarda elemento de um esforço de construção de identidade nacional e que, no caso dos países de colonização espanhola, é muito mais premente, em razão da fragmentação sofrida durante as guerras de independência.

Já a produção historiográfica do Brasil, transita entre um momento de forte glorificação dos atos brasileiros perante os seus vizinhos; que diz respeito ao processo de construção da identidade nacional no século XIX – como tributária dessa fase, é possível citar a obra de David Carneiro- e, um período de forte crítica, correspondente à produção historiográfica marxista, que ressalta uma atitude imperialista por parte dos regimes políticos do Brasil; o que pode ser percebido no livro de Julio José Chiavenetto, mais ainda, no que se refere à guerra contra o Paraguai.

Entretanto, desde a década de 1990, uma revisão historiográfica vem sendo empreendida nos países latino americanos, com o intuito de melhor redefinir as identidades nacionais e de aprimorar os laços de amizade e colaboração entre esses países. Neste sentido, acredito que o primeiro passo seja entender o debate historiográfico a partir das delicadas relações históricas estabelecidas entre os países latinos, suas idiossincrasias e reverses, evitando uma análise maniqueísta e privilegiando a contextualização desse passado, isto é, pensar nas condições de possibilidade capaz de fazê-lo

*Roberta Teixeira Gonçalves é mestranda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

emergir.

Para a produção uruguaia, utilizarei Alfredo Castellano, Alonso Rosa, Alberto Zum Felde e Edmundo Narancio. No lado do Brasil, terei como aporte David Carneiro, João Paulo Pimenta, Soares de Souza e Teixeira Soares. Alguns outros autores aparecerão como coadjuvantes nesse texto, e a eles, não farei nenhuma referência prévia. Para os limites dessa apresentação não incluirei os trabalhos produzidos pela historiografia argentina sobre o tema, o que, contudo, será realizado para a dissertação.

A grande distância de datas entre os autores e, por vezes, a distância em relação ao lugar social a partir do qual estes articulam seus discursos, podem dar a impressão de um certo caos a essa análise. Assim, o que pretendo tomar como fio condutor da pesquisa é a própria filiação- de parte destes trabalhos- a uma necessidade da construção de sentido de suas unidades nacionais, e não apenas quando falo especificamente de textos vinculados à projetos estatais, como poder-se-ia supor de obras dos autores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico, brasileiros ou uruguaiois. Isto porque, percebo a construção nacional como um processo permanente, com momentos de maior ou menor tensão, mas sempre em constante processo de reconstrução e invenção, que requer uma contínua adesão.

Começarei minha análise com o que poderia ser tomado como ponto de chegada, não que eu deseje produzir um exame teleológico do meu objeto, mas por ser este o horizonte que permeará todo o meu trabalho -o universo no qual emerge as nações latinas no século XIX-.

A produção historiográfica já empreendeu uma larga discussão sobre o momento preciso de ruptura das ex-colônias espanholas com sua metrópole, a qual não vou recuperar por completo. Utilizarei apenas os trabalhos de François Guerra e Halperin Donghi, com o intuito de conduzir a questão até o foco do trabalho, o Uruguai.

Donghi, que escreve na década de 1970, aparta-se de uma produção de caráter nacionalista e empreende uma crítica ao que chama de “catecismo marxista”¹. Em sua obra, *História da América Latina*, aponta para a transferência, em relação ao processo de independência das Américas, de uma dominação luso-espanhola para uma maior presença inglesa e, posteriormente, estadunidense.

Para Donghi, a crise de legitimidade ocorrida com o vazio de poder gerado com a prisão de Fernando VII, teria suas raízes num processo anterior de fragmentação do próprio poder espanhol. Assim, o autor começa a construir um universo de interesses que é, sobretudo, americano. Entretanto, tais interesses teriam sido escamoteados em nome da lealdade à tradição monárquica,

¹O terno foi retirado de uma entrevista de Donghi que pode ser consultada em: Estudos Históricos, vol.8, n15, 1995, p:133-144.

tendo em vista, sobretudo, a força dessa tradição no seio das massas populares. Com isso, faz-se crer, que os rumos tomados pela América pós 1808, não são frutos da dinâmica gerada por essa conjuntura, mas uma resposta a um longo processo de desgaste dos laços entre metrópole e colônia.

Linha diferente segue François Xavier Guerra, historiador nascido na Espanha e naturalizado francês, que se dedicou ao estudo da modernidade nos países hispanoamericanos. Segundo Guerra, a crise revolucionária é inesperada e surgiu da própria dinâmica social. Para confirmar sua perspectiva, utiliza a idéia de Bolívar, que destaca o despreparo dessa América para a separação da ex-metrópole. Com isso, critica opções teóricas que enfatizam a existência de nações ainda no período colonial, incluindo-as dentro de uma história pátria, que vê precocemente as aspirações de independência. Guerra insiste na importância da figura do rei para a cultura política do período e frisa o ineditismo que se instaura com o processo revolucionário.

João Paulo Pimenta, representante da nova historiografia brasileira e professor na Universidade de São Paulo, ressalta que mesmo diante de uma realidade extrema, não houve, na Banda Oriental, uma intenção de ruptura imediata por parte dos americanos. A região tornou-se baluarte da soberania do rei espanhol nos moldes tradicionais.

Pensar numa fidelidade, ainda que inicial, do elemento *criollo* à figura do rei, ou à tradição que ele representa, parece validar a idéia de um laço cultural entre Espanha e suas colônias, que a mim, é bastante caro, na medida que aponta para o caráter circunstancial dos rumos do processo e dá margem para pensar numa certa matriz espanhola, a qual não se desfez durante as lutas de independência, perdendo a força, mas não se extinguindo, durante as discussões que levaram a formação dos estados nacionais.

Neste sentido, utilizarei com certa ressalva a obra de Edmundo Narancio, escritor uruguaio da década de 1990, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai e correspondente da Real Academia de la Historia. Por sua filiação à órgãos estatais é preciso um olhar arguto a suas observações, pois sua constante lembrança de uma suposta entidade uruguaia, ainda no período colonial, pode estar ligada à discussões com matizes nacionais.

Para Narancio, a formação uruguaia não é fruto das articulações inglesas de 1828, sobre esta deitam-se raízes mais profundas, iniciadas durante a dominação espanhola. Buscar elementos de coesão, que justifiquem a criação de um posterior estado, numa tradição longínqua, pode, em princípio, parecer um simples esforço de legitimar projetos nacionais. Todavia, prendem-se a um universo ainda mais complicado, de construção de nacionalidade e invenção de identidade.

Nesse aspecto a fala de Narancio não se aparta muito da de outros historiadores uruguaio, como Alberto Zum Felde, sociólogo uruguaio da década de 1920, que pretendeu produzir uma historiologia

nacional, segundo suas palavras; uma evolução histórica do Uruguai. De acordo com Felde, a independência do Uruguai não nasceu de forma artificial, mas como consequência de fatos históricos e do espírito de seus homens, delineando-se já em 1808.

A preocupação com uma tradição que respalde a construção da nação uruguaia, não é compartilhada pela historiografia brasileira, que tende a demonstrar o papel da Inglaterra, de Buenos Aires e do Brasil na efetivação da independência do país.

Soares Teixeira, diplomata brasileiro da década de 50, faz uma longa análise das negociações e acordos estabelecidos para criação da República do Uruguai, concluindo ainda, sobre o caráter tutelado do qual ela emerge. A mesma posição segue Francisco Doratiotto, no livro *Maldita Guerra*, ao apontar a criação do Uruguai como uma forma de aliviar as tensões entre Brasil e Buenos Aires.

Com tal cenário, viabilizam-se as condições para criação de algumas produções partidárias a uma “orientalidade”, que não precisa, necessariamente, estar alicerçada numa idéia de ruptura. Narancio, por exemplo, não nega o elemento espanhol, este seria responsável pelos contornos assumidos por essa orientalidade uruguaia.

Pimenta também trabalha com essa “orientalidade”, por motivos diferentes dos de Narancio, a qual submete a um contexto posterior. Para Pimenta, com a formação da Província Oriental, em 1813, começa a forjar-se uma identidade oriental, agora com força de cessação.

A meu ver, é inegável nesse período, a gestação do elemento oriental, que vai ganhar força com a radicalização das guerras de independência. Porém, acredito que ele deu-se de forma bastante lenta, levando em consideração a dificuldade de romper com todo o universo de significações espanhol, isto é, com a cultura política em que se alicerçavam as colônias.

Outra questão bastante relevante são as condições econômicas e estruturais da cidade de Montevideú. A pertinência em observar a situação da cidade está na constante ligação que se faz entre o caos estabelecido na região e a adesão de grupos políticos montevidéanos ao Império luso.

É ponto pacífico na historiografia que a situação de Montevideú foi fortemente agravada pelas lutas internas e pelas invasões, as quais provocaram um esfacelamento do comércio na cidade; ao que se somava o centralismo de Buenos Aires, que dificultava o comércio no Prata. Tais perspectivas podem ser acionadas na obra de vários autores, tanto brasileiros como uruguaiois.

Tomarei como exemplo a obra de Alfredo Castellano, historiador e professor do ensino secundário e do Instituto de Professores Artigas, que escreve na década de 1970. Para Castellano, a situação caótica da região teria possibilitado uma aparente aceitação da presença das tropas luso-brasileiras, afinal, a ocupação, em alguma medida, colocaria fim à guerra civil.

Pimenta também ressalta o caos de Montevidéu como elemento facilitador da presença portuguesa, pois atenderia aos interesses de grupos econômicos esperançosos de uma reversão no quadro imposto pela guerra, no qual o fluxo mercantil foi duramente interrompido .

Porém, as teias de interesses que se imbricam na região contam como outro ator de imensa magnitude - Buenos Aires- que inicialmente, apóia a presença lusa, como forma de conter Artigas. Posição que muda rapidamente, afinal, o prata era uma região de grande interesse para Buenos Aires

Outro tema que deu margem uma larga discussão historiográfica, apesar do pouco material existente a seu respeito, é a trajetória do general Frederico Lecor. O general² e seus homens conseguiram desmembrar a milícia de Artigas, sendo os principais chefes da campanha, mortos ou presos. Alguns, todavia, emigraram com os Chefes dos Orientais para Buenos Aires. Já os que ficaram, tiveram de se subordinar à autoridade portuguesa.

Catellano ressalta a habilidade de Lecor, que, no início da ocupação, buscou estabelecer alianças com os chefes locais distribuindo favores. Entretanto, esse espírito pacificador do general não teria durado muito, pois Lecor passa a exercer, segundo Castellano, uma ditadura militar, a qual deu margem ao descontentamento tanto dos comerciantes quanto dos hacendados, principalmente, em razão do favorecimento dado aos luso-brasileiros que moravam ou na região.

Rosa Alonso, historiador uruguaio da década de 70, também destaca o aparato burocrático do qual Lecor faz uso na tentativa de legitimar sua presença, pautado na concessão de cargos e na manutenção de elementos simpáticos a sua causa. Todavia, ao analisar a fala de Alonso ou de Castellano, é imprescindível uma certa cautela, tendo em vista a pouca simpatia da maior parte dos historiadores uruguaiois pela figura de Lecor.

Sobre a figura de Lecor, na produção historiográfica brasileira, é possível citar o trabalho de Fábio Ferreira Ribeiro, que se apartando de uma visão maniqueísta, destaca pontos importantes da atuação do general no Prata. Ribeiro menciona medidas tomadas por Lecor com intuito de dinamizar a economia e reergue a cidade de Montevidéu

Um outro autor importante na discussão sobre Cisplatina é David Carneiro, ligado a uma historiografia tradicional da década de 40, de viés militar e fortemente vinculada a uma descrição das batalhas, em detrimento, muitas vezes, de suas conseqüências e das questões culturais e sociais destas, mas que, no entanto, sistematiza de forma didática a movimentação anterior à Guerra.

Carneiro ressalta as discussões que antecederam à anexação da região platina pelo Império

²Frederico Lecor era de ascendência francesa, nasceu em Portugal na década de 1760, ingressando no final do século XVIII no exército português. Extraído de FERREIRA

brasileiro, em 1821. Para o autor, quando das negociações sobre o destino da Cisplatina, o governo imperial não tinha pleno conhecimento da fragilidade das relações entre os brasileiros e os habitantes da região de Montevidéu.

Todavia, uma questão parece ser compartilhada, tanto pela historiografia uruguaia quanto pela nova produção historiográfica do Brasil, o caráter duvidoso do congresso que aprova a anexação da região Cisplatina. De acordo com Pimenta, o congresso que votou a anexação, quando a região ainda era domínio português, isto é, antes da Independência brasileira, foi forjado.

Também Soares de Souza, historiador brasileiro que escreve na década de 1970, publicando seu texto na coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, organizado por Sérgio Buarque de Holanda; questiona as ações de Lecor e o interesse da região nessa anexação; utiliza como base a documentação diplomática do período.

Nos livros utilizados nesta discussão, tanto da historiografia brasileira como da Uruguia, não há referência as causas prováveis para a não efetivação do domínio do Brasil na região do Prata. Porém, a lembrança constante por parte dos autores da indisposição do povo com relação à presença luso-brasileira, pode ser um elemento bastante elucidativo.

Neste sentido, recuperarei uma sutil observação de Rosa Alonso que, ao discutir as primeiras movimentações de Lecor, quando da invasão de 1817, destaca “El Baron de la Laguna se instala em la Banda Oriental, mejor dicho em Montevidéu, ya que la campana sigue hostilizando durante cuatro años a sus ejércitos que nunca pueden considerarse dueños absolutos del terreno” (ALONSO,1973:40)

Castellano segue o mesmo percurso, ao assinalar a conhecida rivalidade entre os países ibéricos, tão bem representada na América pelo Brasil e seus vizinhos, a qual não esmorece com a passagem da região para os domínios do Império do Brasil.

A historiografia uruguaia é pródiga em narrativas que destaquem a não adesão da maioria dos uruguaios ao projeto luso-brasileiro, ora por seu ódio ancestral, ora pelo caráter libertário desse povo. De acordo com Felde, o sentimento de autonomia se mantém íntegro mesmo após a anexação, assim os orientais conspiram contra o domínio português um dia depois da incorporação. O autor faz um ardente discurso sobre o caráter heróico do povo uruguaio.

A historiografia brasileira, nesse ponto, possui divergências, sobre as quais não me debruçarei, utilizarei apenas as análises feitas por Souza Soares e Soares Teixeira.

Souza Soares, em seu livro, utiliza a documentação diplomática do Visconde do uruguia, a partir da qual ressalta que a anexação foi induzida e o congresso foi composto por deputados convocados por Lecor e não livremente escolhidos pelo povo; como deveria ser. Já Soares Teixeira fala de uma

conciliação entre os uruguaios e portugueses, que se rompe com o levantamento do povo uruguaio contra o Império.

Assim, a Guerra Cisplatina, como também, a posterior independência do Uruguai, guardaria elementos da antiga rivalidade entre Portugal e Espanha, além da própria diferença de projetos entre o *ladrihador* e o *semeado*³, em seus territórios americanos.

Ou melhor, a negação da presença brasileira, pelos habitantes de Montevideú, bem como da cultura que lhe é peculiar, representaria uma reafirmação e um compromisso com a cultura dos seus antigos colonizadores.

Obviamente, essa não é uma relação tão simples, pois, é possível perceber essa negação do elemento brasileiro não como afirmação do espanhol, porém, como a gestação de uma identidade oriental, a qual eu não poderia de forma alguma negar, mas que pretendo relativizar, tendo por base a lentidão e as vicissitudes do processo de constituição dessa identidade. Pimenta, aludindo à criação da Província Cisplatina, mostra que em todos os diálogos de sua idealização, sempre esteve em jogo uma diferenciação entre o português e a população da região anexada

A negação da identidade portuguesa fica patente, pois, como afirma Pimenta, ser oriental não era ser português, luso americano ou brasileiro, todavia, não quer dizer não ser espanhol, ou melhor, não traz implícito uma ruptura completa com o elemento espanhol.

Não estou propondo que as decisões ou discursos dos grupos que habitavam a região do Prata sejam tributários à política colonizadora espanhola, mas a força dos laços culturais no destino das sociedades latinas; de como tal sociedade, forjada de forma muitas vezes conturbada durante o século XIX, vai construindo sua originalidade a partir de velhas tradições e até de antigos desafetos. Por fim, vou buscar traçar- como tentativa de sistematização- um esquema sobre os autores mais convenientes a minha análise, voltando a destacar, como já mencionado, a distância que, às vezes, impõe-se sobre eles. Farei essa separação como base no contexto temporal em que estão inscritos, por supor ser este um fator importante para entender seus discursos, o que não me impede de acionar, em alguns momentos, outro tipo de filiação.

Da década de 1920 é possível citar a obra de Felde, que não disfarça sua proximidade com uma historiografia tributária a uma história nacionalista. Na opinião de Rosa Alonso a preocupação da historiografia uruguaia do século XIX e início do XX foi consolidar a idéia de nacionalidade no Uruguai.

Para fins da década de 1940 e 1950, desejo agrupar as obras de Carneiro e Soares, ambas de viés nacionalista, produzidas num contexto de intensa exaltação nacional, iniciada com a Nova

³HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo. Companhia das letras, 2001.

República de Vargas e ratificada no seu retorno ao Catete.

A década de 1970 é bastante interessante, pois é um momento em que os países latino-americanos passam por um regime ditatorial de cunho militar. Com isso, -acredito eu- suas historiografias tendem a produzir uma resposta; não de relevo nacionalista, aos moldes do século XIX -em que a nação passa inexoravelmente pelo Estado-, mas uma análise na qual o elemento popular tem profunda força; ele resiste, dialoga, até se esquivava, não importa pois, se sua atitude é de ação ou inação, o que interessa é que de uma forma, ou de outra, ele interage com a sociedade. Para esse período, incluirei as obras de Castelhana, Rosas e Souza.

Representando uma historiografia contemporânea, é possível mencionar a obra de Narancio e Pimenta, ambas, participam de um esforço em buscar uma nova integração e diálogo entre os países latino-americanos.

Bibliografia

ACEVEDO, Pablo Blanco. *El federalismo de Artigas y la independencia Nacional*. Montevideo: Impresora Uruguaya, 1939.

ALONSO, Rosa. *De la colonia a la consolidacion del Uruguay*. Uruguay :Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

ASSADOURIAN, C.S., Beato, C. & Chiaramonte J.C. *Argentina: de la Conquista a la Independencia*. Buenos Aires: Hispamerica, 1986.

AZEVEDO, F.L. N.; DAYRELL, E. G. e GIUCCI, G.. *A Conquista do Novo Mundo: fontes documentais e bibliográficas relativas à América Hispânica*. Rio de Janeiro: Fundação José Bonifácio, 1991.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

BETHELL, Leslie(org). *História da América Latina: A América Colonial I*, volume 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BRADING, David A. *Orbe Indiano: de la monarquia católica a la republica criolla, 1492-1867*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudilhesca 1820-1838*, Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998

CHIARAMONTE, Jose Carlos. *EL problema de los Estados Hispanoamericanos em la Historiografia Reciente y el Caso do Rio de la Plata*. Anos 90 vol1,n.1 Buenos Aires:

Ariel, 1993.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GUERRA, François- Xavier. “El ocaso de la monarquía hispánica. Revolución y desintegración”. IN: ANNINO, Antonio e GUERRA, François- Xavier (coord). *Inventando la nación. Iberoamericana. Siglo XIX*. México: FCE, 2003.

PIMENTA, João Paulo G. “Com os olhos na América Espanhola: A independência do Brasil (1808-1822)”. In: *Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre Gusmão*. Brasília: A Fundação, 2005.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. 1ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RIBEIRO, Fábio Ferreira. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império até 1865*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955.

SOUZA, J.A. Soares. “O Brasil e o Rio da Prata até 1828”. In: *HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. Tomo II. 3ª ed. São Paulo. Difusão Européia do livro, 1970.

